http://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v39a2025-75096

Gênero: uma categoria em meio às disputas políticas pela educação[1]

George Souza de Melo[*]

Resumo: Este artigo é escrito basicamente como um ensaio que reflete sobre os movimentos discursivos que despontam na cena social, principalmente nos debates sobre a educação, em relação à questão do uso de gênero enquanto categoria importante para a análise política. Utilizando a própria categoria de gênero como o problema e instrumental útil à nossa análise, tratamos em duas seções iniciais dos movimentos que afirmam essa categoria como fundamental para a investigação das questões educacionais e a produção de políticas públicas e daqueles outros que a perseguem sob a acusação de ideológica e prejudicial para a sociedade. A partir de uma perspectiva pós-estrutural, este trabalho não se encerra na consideração da disputa desses movimentos discursivos, mas tenta entender em que sentido eles se cruzam e o que isso pode representar para a categoria de gênero em termos de sua efetivação na cena social.

Palavras-chave: Gênero; Educação; Discurso.

[1] Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

[*] Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: georgethemelo@gmail.com. Lattes: https://lattes.cnpq.br/0614765110049772. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-8897.

Gender: a category amid political disputes over education

Abstract: This article is basically written as an essay that reflects on the discursive movements that emerge on the social scene, mainly in debates on education, in relation to the issue of the use of gender as an important category for political analysis. Using the category of gender itself as the problem and a useful tool for our analysis, we address in two initial sections the movements that affirm this category as fundamental for the investigation of educational issues and the production of public policies and those others that pursue it under the accusation of being ideological and harmful to society. From a post-structural perspective, this work does not end with the consideration of the dispute between these discursive movements, but attempts to understand in what sense they intersect and what this may represent for the category of gender in terms of its implementation in the social scene.

Keywords: Gender; Education; Discourse.

Género: una categoría en medio de las disputas políticas por la educación

Resumen: Este artículo está escrito básicamente como un ensayo que reflexiona sobre los movimientos discursivos que surgen en la escena social, principalmente en los debates sobre la educación, en relación con la cuestión del uso del género como una categoría importante para el análisis político. Utilizando la propia categoría de género como el problema y como herramienta útil para nuestro análisis, abordamos en dos secciones iniciales los movimientos que afirman esta categoría como fundamental para la investigación de las cuestiones educativas y la producción de políticas públicas, así como aquellos otros que la persiguen bajo la acusación de ser ideológica y nociva para la sociedad. Desde una perspectiva postestructural, este trabajo no se limita a considerar la disputa de estos movimientos discursivos, sino que intenta comprender de qué manera se entrecruzan y qué puede representar esto para la categoría de género en términos de su implementación en la escena social.

Palabras clave: Género; Educación; Discurso.

Introdução

Este artigo basicamente se detém na análise de como a categoria de gênero, disputada por discursos variados que, muitas vezes, tentam se negar mutuamente, na verdade, resulta numa constante a partir desses embates. A partir dos embates quanto ao uso de gênero como categoria política no campo educacional tanto através de pesquisas quanto da elaboração e aprovação de políticas públicas, ensaiamos o que é que pode estar em jogo quando se disputa a utilização ou não de um conceito. Para tal, elegemos a própria categoria de gênero como um problema e, guiados pela sua incidência nos discursos, principalmente relacionados à questão da educação, refletimos sobre o quanto esses discursos se diferenciam e como há possibilidades de cruzamento entre eles, principalmente no que se refere à positivação discursiva desse marcador social da diferença.

Num primeiro momento, trazemos considerações sobre a afirmação da categoria de gênero como fundamental para as análises sociais a partir, sobretudo das reflexões sobre o campo educacional. Contemplando o seu surgimento histórico entre as feministas e focando na utilização dessa categoria para os estudos das relações de educação, principalmente no ambiente escolar. Isso porque é na escola que, com a operação do poder disciplinar sobre os corpos, torna-se possível identificar mais claramente as diferenças de gênero produzidas e reforçadas historicamente.

No segundo momento, tratamos daqueles(as) para os(as) quais gênero significa uma ideologia que, ao contrário de sua vontade, pode ser incluída nas discussões e nos currículos escolares. Esses(as) representam basicamente uma união entre o neoconservadorismo político e setores religiosos da sociedade – uma coalizão de ultradireita que tem sido bastante presente na política contemporânea, que tenta a todo custo conservar a heteronormatividade[2] em sua suposta naturalidade e essencialidade para todas

[2] De acordo com Petry e Meyer (2011), a heteronormatividade pode ser entendida como um parâmetro de normalidade em relação à sexualidade, tendo como base a heterossexualidade que, construída através de normas culturais e sociais, é utilizada como norma para legitimar ou não os comportamentos sexuais entre indivíduos. Com a assunção de "gênero" como

as pessoas. Defendem uma antropologia única e irrevogável em defesa contra a "falaciosa retórica" dos discursos sobre mulheres, homossexualidades e quaisquer outras formas de identificação sexual e de gênero.

Por fim, procuramos mostrar que o antagonismo dessas posições, para além de uma exclusão mútua, acaba por conferir uma certa hegemonia, mesmo que disputada, da categoria de gênero nos debates e nas discussões públicas. Faz com que a linguagem se comprometa ainda mais com essa categoria e dela necessite para as análises sociais. Desse modo, identificamos este trabalho como uma tentativa de analisar a questão de gênero para além das considerações estruturais de sua defesa ou de sua negação. Esforçamo-nos por demonstrar o que escapa às objetividades desses campos de disputa, garantindo novos olhares mais desafiadores, mas que procuram abarcar a complexidade das realidades sociais.

A pertinência da categoria a partir das reflexões sobre educação

O campo educacional é perpassado por questões de variados tipos, principalmente por se tratar de uma área estritamente relacionada ao desenvolvimento humano. São questões que dizem respeito à classe, raça, religião, sexualidade, gênero, entre outras. Particularmente, quanto a gênero enquanto um recorte analítico importante no campo da educação, várias(os) estudiosas(os) têm frequentemente o utilizado como uma categoria cabal para se compreender as masculinidades e as feminilidades, ou seja, o que significa ser homem e ser mulher e como isso é produzido socioculturalmente. E isso se afina, basicamente, à história do próprio conceito que, inicialmente utilizado por feministas norte-americanas, propôs-se a enfatizar o caráter fundamentalmente social dos sexos (Scott, 1995). Ou seja, na tentativa de se analisar a subserviência do feminino ao masculino, encontrou-se

uma categoria analítica, sobretudo a partir da abordagem de performatividade (Butler, 2013) que utilizamos aqui, é possível estender a discussão da heteronormatividade para além da categoria sexual levando em consideração também a produção de masculinidades, feminilidades e as expressões de diferença que as acompanham, suas relações na sociabilidade e suas implicações nas relações sociais e de poder.

teoricamente o conceito de gênero como um instrumento analítico que dá conta de alargar a reflexão, de modo a reforçar que o caráter social e cultural do feminino e masculino é muito mais importante quando se trata de entender o que seja um homem e o que seja uma mulher. Nesse sentido, a categoria de gênero supõe um deslocamento da redução biológica para o entendimento de sexos, não excluindo por completo a sua função na compreensão do que seja um homem e uma mulher, mas tirando o seu *status* de único e melhor viés para essa compreensão.

Dentre os vários lugares de sociabilidades em que esses homens e mulheres se fazem enquanto tais, a escola tem sido um foco privilegiado para aquelas(es) que produzem pesquisas e estudos sobre educação. A educação de gêneros e para os gêneros tem sido uma constante nas análises que dissertam sobre as diferenças e as relações de poder no ambiente escolar. O poder é central para essa análise, principalmente a partir de uma perspectiva foucaultiana que o entende não somente como limitador das socializações, mas mais ainda como um produtor e viabilizador das sociabilidades (Foucault, 1995). Ou seja, o poder é capaz de produzir existências e relações e, no caso de gênero, é capaz de produzir um determinado tipo que seja superior a outros que lhes são, simultaneamente, subservientes. Especificamente, no binarismo masculino/feminino, o primeiro é produzido através de uma relação de poder que subjuga o segundo. Esse poder está pulverizado nas relações sociais e não pode ser restrito a algo ou alguém. Pelo contrário, ele só se efetiva nas relações e, na escola, tem sua efetivação mais forte pela operação disciplinar. É através da disciplina que os corpos, para além de serem domesticados, são produzidos enquanto corpos masculinos e corpos femininos.

Vestimentas, lugares, comportamentos, currículos, tudo isso é marcado radicalmente por noções de gênero específicas que, graças ao zelo disciplinar, esforçam-se por colocar todos aqueles corpos em limitações de masculino e feminino. O fato de aqueles corpos possuírem determinados materiais genéticos e órgãos diferentes entre suas pernas não é capaz de esgotar o sentido em relação à sua identificação enquanto masculinos e/ou femininos. Essa identificação tem uma causalidade muito mais social e

cultural, e é isso que os estudos de gênero na educação estão interessados em mostrar. Com o auxílio dessa categoria, é possível entender que os corpos nunca necessariamente estão confortáveis nos limites de gênero que lhes são impostos e que, por isso, muitas vezes transitam entre essas determinações. A análise de gênero, assim, é capaz de expor o quanto a atuação de disciplina e poder, por mais que tente ser total, é, na verdade, fissurada e passível de variadas resistências e embaraços.

São essas relações de conformidade e inconformidade que moldam as identidades. E sendo gênero um elemento cultural, as identidades também o são. Por isso, Butler (2013, p. 197) afirma:

> No lugar de uma identificação original a servir como causa determinante, a identidade de gênero pode ser reconcebida como uma história pessoal/cultural de significados recebidos, sujeitos a um conjunto de práticas imitativas que se referem lateralmente a outras imitações e que, em conjunto, constroem a ilusão de um eu de gênero primário e interno marcado pelo gênero, ou parodiam o mecanismo dessa construção.

Essa noção butleriana é fundamental para a análise das práticas educativas porque a ideia de educação como um processo que passa primariamente pela imitação é muito forte quando se tenta entender como se dá e o que significa o processo de ensino e aprendizagem. A partir dessa noção de identidade de gênero, constata-se que as formas de ser menino e de ser menina, geralmente ensinadas nas escolas, explícita ou implicitamente, como naturais e essenciais, não passam de práticas culturais que são reiteradas constantemente para que se crie nesses corpos a ilusão (ou incorporação) de um eu genuíno masculino e um outro feminino. Identidade essa que, se não fosse pela força da relação e repetição constante desses atos, não seria capaz de se sustentar como algo em si na dinâmica social, até porque "quando as categorias sociais garantem uma existência social reconhecível e duradoura, muitas vezes se prefere aceitá-las, ainda que funcionem a serviço da sujeição, a não ter nenhuma existência social" (Butler, 2020, p. 29).

A prática reiterativa, nesse sentido, é uma estratégia fundamental para a produção, o fortalecimento e a conservação de características específicas que delimitam o que pode ser considerado existencialmente como feminino e como masculino. É substancialmente pela reiteração que esses espaços de gênero são possíveis, já que, em si, eles nada têm de essencial que possa se manter a despeito de um reforço discursivo e empírico. Nas escolas, para além do que está dito nos textos oficiais sobre o ensino e a aprendizagem, muito se ensina, até tacitamente, sobre a perfomatização desses gêneros. Bastar notar como alunas e alunos são tratados de formas diferenciadas, diferenciando também as expectativas que são criadas em relação ao seu desenvolvimento educativo; como são dispostos os grupos nas aulas de educação física; os diferentes fardamentos e espaços de sociabilidade; como são representadas as mulheres e os homens nos textos didáticos, nas exposições de trabalhos, nas decorações dos espaços; como as/os estudantes adolescentes são constantemente policiados em suas manifestações de desejos e de identidade sexual e de gênero; como os meninos são aceitos em suas manifestações de virilidade, enquanto as meninas são vistas com desconfiança quando escapam do ideal recatado da feminilidade hegemônica.

Tudo isso são características do espaço escolar (e, aqui, utilizamos "espaço" não só como consideração geográfica das instituições, mas também como território de sociabilidade educativa) que explicitam o quanto ali se ensina/produz/reforça determinados *scripts* (Paiva, 2008) de gênero, que designam o que é/pode ser um menino/homem e uma menina/mulher. Por isso, mais do que ensinar, no sentido de unicamente estar descrevendo e informando sobre um fenômeno, a escola produz masculinidades e feminilidades possíveis. Produz corpos que atendam ao regime heteronormativo em vigor, no esforço de fazer com que essa configuração de sexos e de gêneros permaneça como a verdadeira e única possível para a existência das pessoas, apesar de suas diferenças individuais.

Porém, essa operação de visibilizar uma única configuração de vidas possível, por mais que seja hegemônica, não deixa de enfrentar resistências que a transcendem e fazem com que outras realidades se ponham à mostra.

É o caso dos(as) dissidentes dessas normas. Que são aquelas(es) que não se conformam com tranquilidade[3] aos limites do que pode ser entendido como heteronormativo (essas características de masculino e feminino histórica e culturalmente postas como essenciais) e que, com suas vidas, representam um desafio radical à estabilidade dessas normas como verdadeiras e estáticas. Essas(es) dissidentes transitam com destreza pelas normas de gênero e desbancam suas fronteiras de legitimidade, pois é através de suas experiências que o "ideal regulador é então denunciado como norma e ficção que se disfarça de lei do desenvolvimento a regular o campo sexual que se propõe a descrever" (Butler, 2013, p. 194).

Chamadas(os), muitas vezes, de "bichinhas", "sapatonas", "travecos", "caminhoneiras" e tantos outros termos, não hesitam em tomar e ressignificar essas identidades para efetivarem suas existências justamente no/pelo trânsito das normas. Apesar de sempre excluídos da heteronorma, foi justamente pela afirmação e esforço social de incorporar uma norma identitária (a heterossexual) que suas diferenças puderam aparecer e ganhar destaque, sobretudo, porque "esses modos de corporificação podem se provar formas de contestar essas normas, até mesmo rompê-las" (Butler, 2018, p. 37).

Com isso, podemos concluir que, analisar gêneros, para além de refletir sobre aqueles tipos que histórica e culturalmente ocupam posições privilegiadas de poder, faz com que também outros tipos, por esse poder, excluídos, ganhem visibilidade e destaque. Esse é um impacto direto que, por exemplo, pode ser observado quando se utiliza esse tipo de categoria na análise de experiências de desigualdade e de opressão. O que parece corroborar ainda com mais intensidade a defesa dessa categoria (gênero) enquanto instrumento analítico imprescindível para e nas análises sociais, como, pode ser constatado nas pesquisas que a utilizam para investigar o campo educacional e suas questões de subjetivação.

[3] Aqui, utilizamos "com tranquilidade" porque, assim como Butler (1999), entendemos que, na verdade, os corpos nunca se conformam exclusivamente às normas de gênero que lhes são impostas. De modo que sempre há espaços de fissuras e subversão dessas normas.

O incômodo que a categoria produz na disputa pela educação

Por outro lado, há várias pessoas que praticamente declaram guerra contra a categoria analítica de gênero, estigmatizando-a quase que como a última peste que veio para atacar os seus valores e os valores da chamada "sociedade ocidental". Nos últimos anos, aqui no Brasil por exemplo, tem-se travado, em alguns ambientes públicos, uma espécie de perseguição a tudo o que esteja relacionado de alguma forma à discussão de gênero e sexualidade. Pastores e padres vociferam em seus púlpitos contra o que denunciam como "ideologia de gênero"[4] e em defesa do que chamam de "família tradicional", que é o modelo heterossexista de família, herdado do patriarcado. Políticos, muitas vezes relacionados às igrejas cristãs, acabam fazendo o mesmo nos espaços públicos do Estado em que ocupam seus cargos. E outros grupos sociais, como o que foi denominado "Movimento Escola Sem Partido"[5], também acompanharam essa perseguição, mirando, no seu caso, em direção à escola e tentando dizer o que pode ou não a educação em relação a gênero e sexualidade.

---

[4] Segundo Luis F. Miguel (2016), o termo foi cunhado com bastante influência da Igreja Católica, a partir do pontificado de Karol Wojtyla e continuou com seus sucessores. Para o autor, esse termo significa um dos principais adversários de luta da Igreja: "a partir dos anos 2000, delineia-se com clareza o adversário a ser combatido: aquilo que no Brasil recebeu o nome de 'ideologia de gênero', mas que na França e na Itália costuma ser chamada de 'teoria do *gender'* ('*théorie du gender*', '*teoria del gender*'), com o uso do inglês como forma de marcar sua origem alienígena. Embora se apoiando superficialmente na literatura feminista e *queer*, trata-se de uma invenção polêmica dos meios conservadores católicos que visa caricaturizar e, assim, deslegitimar um campo de estudos" (Miguel, 2016, p. 598).

[5] Segundo Vera M. Ribeiro (2016, p. 5-6): "veiculado por meio de um sítio na internet desde 2004, o ESP [Escola Sem Partido] ampliou sua visibilidade em 2014, com a tramitação de projetos de lei sobre o tema na Câmara dos Deputados e em alguns estados e municípios. Nesse período começaram a circular notícias de docentes sendo intimidados por notificações extrajudiciais, cujo modelo é fornecido no *site* do movimento, a fim de coibir a suposta 'doutrinação ideológica' dos professores, incluindo o tratamento pedagógico de temas relacionados a gênero e sexualidade". Apesar de ter sido suspenso em agosto de 2019, como é possível conferir na matéria de Ferreira (2019), o Movimento Escola Sem Partido continua sendo um exemplo importante quando consideramos o seu lugar no contexto recente de ação antigênero no país, principalmente, naquilo que pode ser lido como efeitos de sua atuação com relação ao debate público de políticas curriculares e de educação.

No campo da educação, ultimamente, o avanço desse neoconservadorismo se tornou ainda mais evidente com a retirada das menções de gênero do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014. Isso aconteceu graças à pressão de políticos do Congresso Nacional contra o que defendiam como componente ideológico embutido no conceito de gênero. Como isso se deu no Distrito Federal, considerando toda a sua influência na política nacional, essa ação acabou reverberando nas outras esferas políticas do país, determinando planos estaduais e municipais de educação. Tal perseguição, totalmente isenta de fundamentação teórica que a sustente, faz da categoria de gênero aquilo mesmo que muitos estudos têm se esforçado em evidenciar a partir dela: o abjeto.

A defesa do que denunciam como "ideologia" intrínseca ao conceito de gênero é levada por esses neoconservadores a partir do sensacionalismo apocalíptico do fim da sociedade. Não é à toa que teóricos(as) como Miguel (2016), Miskolci e Campana (2017), Junqueira (2022) e Machado (2018) traçam genealogias desse pânico em torno da categoria de gênero que partem justamente de setores das igrejas cristãs. Esse combate se sustenta basicamente na frágil argumentação de que a "ideologia de gênero" seria uma espécie de mascaramento com o objetivo de alienar as pessoas e contribuir para o fim da reprodução social. Ou seja, que essa "ideologia" unicamente serviria para contradizer uma suposta natureza da humanidade, que seria encontrada na heterossexualidade.

O que está em jogo aqui, segundo os inimigos da "ideologia de gênero", é a sustentação de uma antropologia única e irrevogável, que estaria sendo desafiada pelo que apontam como uma "falaciosa retórica dos discursos sobre mulheres, homossexualidades e quaisquer outras formas de identificação sexual e de gênero". Esses discursos, ao seu ver, estariam minando a base da sociedade humana e contribuindo para que a reprodução dos humanos se tornasse cada vez mais escassa. Assim, tornar-se-ia preciso que fosse barrada a todo custo qualquer consideração que inclua gênero como categoria de análise, já que, na verdade, o uso desse termo estaria vinculado um projeto de desmanche da estrutura social que, sob o entendimento desses(as) neoconservadores(as), fundamenta-se unicamente sobre a reprodução biológica.

Dessa forma, fica evidente a base fundamentalista da defesa neoconservadora, quando esta se restringe à percepção de que há somente uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de discussão (Miguel, 2016).

Com base nisso, compreendemos que o que a disputa em torno de um conceito como o de gênero nos faz perceber é que, para além de tentar demonstrar a suposta inutilidade e/ou falseabilidade do termo em questão, o que está em jogo, sobretudo da parte de quem busca desautorizar tal categoria, é a capacidade de investir na determinação de quais são os discursos que devem se produzir e permear a esfera social, política e cultural, na articulação constante de posições de poder hegemônicas. O foco da perseguição declarada dos neoconservadores é, portanto, principalmente discursivo, tanto que seus maiores esforços ultimamente têm sido no sentido de tentar banir, a todo custo, toda e qualquer menção a gênero, principalmente nos textos legislativos e de políticas públicas, como foram os casos do PNE (2014-2024) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada na sua última versão em 2018. Segundo as manifestações daqueles que são contrários ao uso de gênero, é preciso, portanto, que se silencie em relação a isso para que essa "praga" não se prolifere ainda mais no que seria uma espécie de tradicional e até teológica estrutura social do ocidente.

Suas falas são justamente em defesa da "família tradicional" (a heteronormativa), dos "valores da sociedade humana", tomando esses conceitos a partir de uma substância essencial e universal que, portanto, não pode ser entregue às flexibilidades dos estudos culturalistas. Ou seja, contra a utilização de gênero nas análises sociais se pressupõe que a "família" e os "valores" que formam as sociedades sejam noções desde sempre postas e que não mudam de acordo com os tempos. E que, curiosamente, existem em torno da configuração entendida como heterossexualidade, a partir da qual, a família nuclear (marido, esposa e filhos[as]) se comportam segundo padrões de masculinidade e feminilidade únicos e imutáveis. Nesse sentido, fica evidente o caráter fundamentalmente generificado do próprio discurso articulado por aqueles(as) que buscam escamotear a pertinência dessa categoria mais recente de análise. Ou seja, para acusar aqueles(as) que a utilizam de ideólogos(as), eles mesmos

partem de uma pressuposição ideológica calcada na afirmação de um binarismo de gênero que por si mesmo já carrega expectativas e reiterações de performatividade eminentemente discursivas e culturais.

Por isso, o que esse determinado tipo de defesa não consegue alcançar a partir de uma possível autocrítica é o fato de que, ao insistirem na necessidade de preservar um determinado tipo de configuração de gênero e sexualidade (a heterossexualidade), estão justamente, com isso, expondo o quanto essa norma é frágil e passível de superação, já que está enredada substancialmente nas dinâmicas de produção discursiva das realidades e pode ser a qualquer momento retirada de seu lugar de hegemonia. Deixando também evidente que não há nada de universal e essencial nisso, e abrindo mais um espaço discursivo para que todo esse embate se reforce na esfera da linguagem e reforce que é por essa via que as visões de mundo se produzem e ganham consistência ou não.

Entre embates, a categoria se produz e se prolifera

Postas as duas considerações anteriores que afirmam e negam a discussão sobre e *com* gênero seguidamente, precisamos pensar um pouco sobre qual seja talvez uma linha possível de articulação entre esses discursos que não são fechadas, acabadas, mas rizomáticas e, portanto, abertas ao inimaginável. Referirmo-nos às discussões a partir do acento "*com* gênero", seguindo um pouco estrategicamente a linha argumentativa sugerida por Paraíso (2018), para demarcarmos o uso de gênero como um distintivo no desenvolvimento dessas discussões que estamos considerando aqui. Isso não quer dizer que, até a articulação clara dessa categoria, não havia presente qualquer tipo de aspecto que franqueasse expectativas e normativas de gênero nas produções discursivas sobre educação. Mas que, posta em cena de maneira explícita, tal categoria e suas implicações nos demandam a necessidade de evidenciar o seu destaque em análises que identificam esse marcador sociopolítico como fundamental na articulação dos objetos analisados.

Com base nisso, o esforço que empreendemos para imaginarmos possíveis articulações entre esses polos discursivos contingencialmente antagônicos que sejam abertas e não acabadas nos leva a pensar que essas linhas argumentativas não são territórios exclusivos de defesa e/ou de negação, mas, por estarem constituídos e atravessados por relações de poder, podem constantemente ser mudados, inclusive, em sua natureza e não só na intensidade de suas defesas. Podem ser transformados e agenciar novos possíveis, podendo até mesmo interseccionar suas linhas num mesmo ponto em comum, já que um agenciamento "é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões" (Deleuze; Guattari, 1995, p. 34).

O entendimento que ensaiamos aqui, com esta análise, é o de que a efetivação desses movimentos discursivos previamente contraditórios faz com que a categoria de gênero, na verdade, ganhe mais contorno e substancialidade na esfera tanto política quanto social do discurso. Ou seja, o que esse debate em torno da utilização da categoria de gênero no campo educacional tem revelado, na verdade, é um paradoxo fecundo de que quanto mais se busca negar ou suprimir sua legitimidade como chave analítica das relações sociais, mais ela se afirma como um ponto nodal no discurso público e político. Nesse sentido, tanto a afirmação quanto a negação dela acabam por produzi-la como talvez nunca antes tivesse acontecido, isso porque a tensão entre a afirmação e a recusa do gênero como categoria analítica não esvazia seu sentido, mas, ao contrário, contribui para sua constituição e fortalecimento como um operador simbólico central na arena discursiva contemporânea.

Essa dinâmica pode ser compreendida à luz da concepção performativa da linguagem, sobretudo tal como desenvolvida por Butler (1999, 2013) que, inspirada por Austin (1990), compreende-a como não somente tendo a capacidade de descrever as realidades, mas simultaneamente de as produzir. Por essa filosofia butleriana, os significados sociais, como os de gênero, por exemplo, não são entidades pré-discursivas ou fixas, mas são constituídos reiterativamente por práticas discursivas que os enunciam e os atualizam. Significa dizer, então, que, quando algo é articulado no âmbito da citação, a sua existência não se efetiva somente em termos de representação

como quando, por exemplo, refere-se a esse algo enquanto um externo ao falante, mas, concomitantemente, produz-se nesse mesmo momento da citação. De modo que, citar "gênero" e usar desse conceito, seja para afirmá-lo ou negá-lo enquanto algo, como percebemos nos movimentos discursivos apresentados, faz com que de qualquer modo ele exista e tenha alguma relevância e potência no âmbito do discurso.

Pensar essa substancialidade discursiva do conceito de gênero a partir dos discursos que o afirmam como uma categoria analítica necessária para o entendimento das relações sociais é imediatamente óbvio, dado que é esse tipo de defesa que potencializa e dar corpo ao conceito em teorizações e políticas sociais que, antes disso, dele não se utilizavam. Como já dissemos na primeira seção deste texto, a produção e utilização desse termo para dar conta das análises das teóricas e teóricos, ativistas, movimentos sociais e demais estudiosas(os) fez com que ele se tornasse um possível (e necessário) nas análises sociais, inclusive sobre o campo educacional, que traz no seu bojo uma gama variada de outras existências e corpos que sempre foram negligenciados pela norma pretensamente *sem* gênero[6]. As análises *com* gênero trazem à cena, ao mesmo tempo em que dão condições de produção, inimagináveis formas de se expressar e se identificar enquanto ser existente no mundo e costurado por relações.

Por outro lado, tentar entender como se efetiva a existência dessa categoria a partir daqueles discursos que a negam constantemente, sobre os quais também já discorremos neste texto, parece-nos ser uma tarefa interessante. Cabe aqui salientar que o que esses discursos querem ao negar a necessidade da consideração de gênero é também (e principalmente) silenciar tudo que essa categoria é capaz de visibilizar/produzir/viabilizar com as suas análises das relações sociais. Assim, são as existências daquelas(es) que são tornados viáveis pelos estudos de gênero, especialmente aquelas(es) historicamente excluídos das "normas *sem* gênero", que estão na mira da guerra política e social conclamada pelas falas

[6] Utilizamos o "pretensamente" por entendermos que, como os próprios estudos de gênero nos levam a pensar, todo discurso é generificado, ou seja, é atravessado por relações de gênero e assume posições de poder específicas nos atos de fala.

neoconservadoras. É a ilusão da "realidade *sem* gênero" que elas querem preservar sob o preço de tantas vidas que não se conformam a essa cosmovisão heteronormativa e que têm no "gênero" um suporte linguístico fundamental para que possam falar de si e de suas vivências.

No entanto, para além de salientar o que está em jogo nesse embate (e que não é menos importante), ousamos avançar e pensar em como todo esse processo de abjeção do termo faz com que ele se torne viabilizado no território da linguagem pelo modo com que reclamam os estudos e os movimentos que o utilizam. Quando proferem suas falas para negar e excluir a utilização de gênero nas análises, esses discursos tornam a conferir uma plasticidade ainda mais potente do conceito no âmbito do que se pode dizer para falar do mundo das coisas. Sendo mais específico, assim como "a linguagem tem uma ação plástica sobre o real" (Wittig, 1985) e é capaz de produzir feixes de realidade sobre o corpo social (Butler, 2013), criando e naturalizando tipos de vida específicos, assim mesmo, no próprio âmbito dos discursos, o conceito de gênero é produzido e vivificável também pelas citações que o negam e querem a todo tempo o banir.

Dessa forma, ao tentar jogar à vala da inexistência social a simples citação à gênero, os discursos neoconservadores acabam sempre retrazendo à cena o próprio conceito e tendo que reafirmar, mesmo que não de modo confesso, o que há de generificação em suas argumentações. Ou seja, para que um adversário dos estudos *com* gênero leve a cabo a sua posição, torna-se necessário que, pela sua fala, ele mesmo, ao negar a necessidade de gênero em nome da preservação de algum tipo generificado exclusivo, trace uma defesa que se utiliza inevitavelmente de alguma marcação de gênero que fundamentalmente atravesse a explanação do seu entendimento de mundo. Assim, gênero, essa categoria analítica que está sempre por trás das considerações dos tipos mesmos de existência que compõem a sociabilidade, precisa ser sempre acionada para que qualquer discurso, tanto o que afirma quanto o que nega, ganhe corpo e possa falar sobre alguma existência social possível.

Considerações finais

O caminho analítico percorrido por este trabalho se propôs a entender a categoria de gênero por um viés pós-estrutural, que a concebe não como um elemento descritor de realidades extrínsecas, mas como uma produção e uma condicionante dos próprios discursos que a enunciam. Discursividade essa que marca inevitavelmente as experiências dos sujeitos e que possibilita a viabilidade ontológica dessa categoria nas análises sociais, principalmente no âmbito da educação. As contradições de discurso expostas neste texto ao invés de colocar a categoria de gênero na iminência do risco de sua extinção ou não, resultam em produzir essa categoria como hegemônica nos planos de análise do social. Assim, ao ser citada, invocada ou combatida, essa categoria se produz enquanto tal e, mesmo a tentativa de negá-la, ao mobilizar sua enunciação, resulta por reinscrevê-la no campo da realidade social e discursiva.

A partir dessa perspectiva, então, compreendemos que a linguagem não é uma mediação neutra ou reflexiva, mas uma tecnologia de produção do social, pois quando discursos públicos, como os articulados por movimentos antigênero, nomeiam o gênero, por exemplo, como uma ameaça ou uma ideologia, não apenas o reconhecem implicitamente, mas o fazem existir como objeto discursivo dotado de força política. O discurso, por isso, constitui as identidades e os significados sociais a partir de articulações contingentes que estabilizam, ainda que provisoriamente, certos sentidos (Laclau; Mouffe, 2015), e a categoria de gênero, portanto, torna-se um significante em disputa, cuja constante reinscrição discursiva, seja para afirmá-la ou para refutá-la, contribui para sua sedimentação como categoria socialmente operativa.

Com base nisso, através deste ensaio, provocamos a reflexão de que não é unicamente a defesa da categoria de gênero que faz com ela tome uma positividade plena de existência do real social, nem também é a sua negação por completo que faz com que essa existência se plenifique pela negatividade. Mas são justamente os embates entre esses movimentos discursivos, aparentemente contraditórios, que fazem com que "gênero" se

erija como um existente possível e necessário, enquanto uma categoria precária e não completamente determinada como uma identidade específica. Assim, a insistência em se posicionar contra o uso da categoria de gênero, especialmente no campo educacional, longe de eliminá-la, contribui para a sua visibilização e reprodução enquanto categoria de análise e de conflito, pois o que está em jogo, portanto, não é apenas um embate conceitual, mas um processo discursivo complexo no qual a própria existência da categoria é continuamente (re)produzida, moldada e disputada.

Por causa disso, não são as objetividades particulares desses discursos que são capazes de hegemonizar a categoria e criar nela uma necessidade, mas, sim, a sua relação antagonística (Laclau; Mouffe, 2015). Essa relação irrompe os limites de pretensa objetividade reclamados tanto pelos discursos que afirmam quanto pelos que negam a categoria de gênero como necessária e evidencia o quanto essas posições são precárias, evidenciando o quanto gênero é uma categoria que não pode ser esgotada em seu sentido e que, por isso, as tentativas fracassadas de sutura acabam sempre por reativar de alguma forma a sua existência e a sua necessidade na análise das sociabilidades. Nesse sentido, esses movimentos discursivos distintos acabam se cruzando na positivação de tal categoria como uma identidade discursiva cada vez mais relevante.

Referências

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder*: teorias da sujeição. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado*: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-172.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: rizoma. *In*: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs 1*: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 1995. p. 11-37.

FERREIRA, Paula. Escola sem Partido anuncia suspensão de atividades, e criador do movimento desabafa: 'Esperávamos apoio de Bolsonaro'. *O Globo*, 18 jul. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/escola-sem-partido-anuncia-suspensao-de-atividades-criador-do-movimento-desabafa-esperavamos-apoio-de-bolsonaro-23817368. Acesso em: 5 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault*: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-239.

JUNQUEIRA, Rogério D. *A invenção da "ideologia de gênero"*: um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista*. São Paulo: Intermeios, 2015.

MACHADO, Maria das D. O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 1-17, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463.

MIGUEL, Luis Felipe. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" – Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. DOI: https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson; OLIVEIRA, Anna Luiza; MESQUITA, Rui Gomes. A teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a pesquisa em Educação. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1.327-1.349, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S2175-62362013000400017.

PAIVA, Vera. A psicologia redescobrirá a sexualidade? *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 4, p. 641-651, 2008. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000400002.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan “ideologia de gênero”. *In*: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina Da Silva (Orgs.). *Pesquisas sobre currículo, gêneros e sexualidades*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 23-52.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/7375. Acesso em: 25 jan. 2024.

RIBEIRO, Vera M. Apresentação. *In*: AÇÃO EDUCATIVA (Org.). *A ideologia do movimento Escola Sem Partido*: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 5-8.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

WITTIG, Monique. The Mark of Gender. *Feminist Issues*, New Brunswick, v. 5, n. 2, p. 3, 1985. DOI: https://doi.org/10.1007/BF02685575.

Data de registro: 30/08/2024

Data de aceite: 18/06/2025